



Carta de Valinhos

Encontro do Fórum Brasileiro de SPGs e OCSs

Nos dias 01 a 03 de maio de 2019 nos reunimos em Valinhos, Brasil, para um Encontro do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia, com a participação de 54 representantes de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) e Organizações de Controle Social (OCS), com atuação em todo o território nacional. O Fórum foi criado em 2009, em Antônio Prado – RS, e possui uma Carta de Princípios, atualizada no presente Encontro, que é entendida como referência fundamental para todos os seus membros. Alguns pontos foram destacados para serem levados ao conhecimento dos nossos SPGs e OCSs e de todos aqueles com quem nos relacionamos. São eles:

- 1) Fica reafirmado o compromisso de todos os participantes com a Carta de Princípios, que deve ser tomada como uma referência para conformar SPGs e OCSs, incorporando seus princípios em documentos e procedimentos;
- 2) O Fórum recomenda fortemente que os manuais de procedimentos dos SPGs e OCSs explicitem que a violência de gênero não será tolerada e implica na suspensão do certificado do responsável;
- 3) Em vista da revisão da Instrução Normativa 19-2009, do MAPA, que regula o funcionamento dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, o Fórum expressa sua determinação em participar ativamente desse processo, bem como propõe que a revisão caminhe no

sentido da simplificação da documentação e da manutenção da natureza autárquica, democrática e inclusiva dos SPGs e OCSs;

- 4) O Fórum manifesta de forma incisiva sua preocupação de que as auditorias dos órgãos competentes respeitem os princípios dos SPGs, que são parte do espírito da legislação e estão nela expressos. Nesse sentido, as OPACs devem se capacitar para esse diálogo, demonstrando que agimos de acordo com a lei e em consonância com nossos princípios. Destacamos que a possibilidade de diferentes interpretações da legislação por parte dos agentes de auditoria gera insegurança sobre a adoção ou não de determinados procedimentos;
- 5) As Comissões da Produção Orgânica – Cporgs, são uma importante articulação dos atores envolvidos na produção e consumo de produtos orgânicos e um espaço de diálogo necessário entre setores governamentais e da sociedade civil. O Fórum estimula que estas instâncias continuem ativas em todos os estados da federação, independente de uma perda momentânea da sua institucionalidade;
- 6) Sobre a NT (Nota Técnica) 001/18 da Coagre-MAPA, que restringe as ações fiscalizatórias dos órgãos competentes ao termo *orgânico*, o Fórum manifesta que ela guarda uma oportunidade para que processos que ocorrem nas diferentes regiões do país possam ser contemplados, evitando excluir dinâmicas que não se adequem às normas da agricultura orgânica e que estão vinculadas a redes e movimentos de agroecologia para sua legitimação. Sobre um possível risco de uso inadequado dos termos agroecológicos, ecológicos e outros, o Fórum sugere que as experiências que optarem por estes termos estejam atentas à qualidade dos produtos ofertados, ao mesmo tempo denunciando aos órgãos de defesa do consumidor eventuais identificações de fraude. A fragilidade do instrumento de uma NT também nos deixa inseguros sobre a migração do uso do termo orgânico para os outros não passíveis de fiscalização. O momento político, onde iniciativas da sociedade civil correm risco de serem criminalizadas, mudanças como a que propõe a NT geram graves preocupações. Por

último, o Fórum sugere que a NT seja amplamente debatida no universo de famílias, rurais e urbanas, que serão por ela afetadas, lamentando que haja sido emitida sem nenhuma consulta prévia;

- 7) No campo da comercialização, o Fórum reforça seu apoio aos circuitos curtos, bem como intercâmbio de produtos entre os SPGs e OCS. Os mercados institucionais são considerados um equipamento prioritário para a popularização do consumo de produtos orgânicos e devem ser feitos esforços para a manutenção das políticas que o promovem;

Foram dias de debates fraternos e produtivos. O momento político é delicado e vemos com profundo pesar o desmantelamento de políticas de apoio direta ou indiretamente ligadas à produção familiar, orgânica e agroecológica. Em que pese nosso repúdio a esse desmonte, ele não nos desanima em nossa determinação de seguir trabalhando por uma vida, rural e urbana, livre de transgênicos e agrotóxicos, mais saudável e respeitosa com os outros e com o meio ambiente. Os Sistemas Participativos de Garantia se dispõe a ser um espaço e instrumento a mais nessa construção.

Valinhos, 03 de maio de 2019.